



PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

É elaborado o presente Protocolo de Colaboração ao abrigo do nº 1, alíneas a) e b) do nº 2 do art.º 78º e do art.º 241 da Constituição da República Portuguesa e da alínea o) do nº 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, bem como o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais.

De acordo com o nº 3 do art.º 1º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação (D.L. nº 111-B/2017, de 31 de agosto), é o mesmo aplicável aos procedimentos destinados à atribuição unilateral, pelas entidades adjudicantes referidas no art.º 2º do diploma já mencionado, de quaisquer vantagens ou benefícios, através de ato administrativo ou equiparado (Protocolo de Colaboração), em substituição da celebração de um contrato público em virtude da aplicação da alínea c) do nº 4 do art.º 5º [Contratação excluída] do CCP, que refere “...a parte II [Contratação Pública] não é igualmente aplicável à formação dos seguintes contratos: (...) c) contratos cujo objeto principal consista na atribuição (...) de subsídios ou de subvenções de qualquer natureza.”

Nesta medida, e reconhecendo a Câmara Municipal do Sabugal o benemérito interesse da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Sabugal no âmbito das ações de defesa e valorização ambiental e da Proteção Civil, e de acordo com os princípios decorrentes da Constituição, dos Tratados da União Europeia e do Código do Procedimento Administrativo, em especial os princípios da legalidade, da prossecução do interesse público, da imparcialidade, da proporcionalidade, da boa-fé, da tutela da confiança, da sustentabilidade e da responsabilidade, bem como os princípios da concorrência, da publicidade e da transparência, da igualdade de tratamento e da não-discriminação é celebrado o presente Protocolo de Colaboração.

Por fim, na sequência da aprovação pelo Executivo, em reunião extraordinária de 23 de setembro, e em Assembleia Municipal, do mesmo dia e, sua publicação no Diário da República – 2ª série, nº 200, de 18 de outubro de 2011 (tendo entrado em vigor no dia seguinte ao da sua publicação nos termos legais), do



Regulamento de Apoio ao Associativismo Concelhio – Atribuição de subsídio, subvenção, ajuda, incentivo, bonificação, donativo ou similar às associações do Concelho do Sabugal, informa-se que:

- de acordo com os arts. 4º e 5º do supracitado Regulamento, a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Sabugal, reúne as condições necessárias para se candidatar à atribuição de subsídios ou subvenções;
- de acordo com o estipulado no art. 19º (Apoio a Projetos específicos), nº2 alínea I) - Apoio a ações de defesa e valorização ambiental, em que a Câmara se compromete a disponibilizar um apoio financeiro e ainda de acordo com o previsto no art. 24º - apoio em serviços, materiais e outros em espécie, nomeadamente as previstas nas alíneas b), c), d), f) e g) do Regulamento de Apoio ao Associativismo Concelhio.
- Sendo uma instituição que se enquadra no artigo 13.º - Instituições de proteção civil, dedicando-se predominantemente à proteção civil e prevenção da comunidade em geral contra sinistros e catástrofes (naturais ou não), é elaborada ao presente Protocolo, tendo por objeto principal a dinamização e funcionamento do Serviço Municipal de Proteção Civil em estreita articulação com as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários intervenientes no Concelho.

Deste modo:

- O Município do Sabugal, contribuinte n.º 506 811 662, com sede na Praça da República, 6324 – 007 Sabugal, neste ato representado pela Vereadora, Sílvia Gonçalves Nabais, adiante designado por primeiro outorgante e,
 - a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Sabugal, contribuinte n.º 501 266 631, com sede na Avenida dos Bombeiros, 6320 – 499 Sabugal, neste ato representada pelo seu Presidente, Luís Carlos Carriço, adiante designado por segundo outorgante,
- celebram nesta data o presente Protocolo de Colaboração, nomeadamente na área de Proteção Civil e outras tarefas atribuídas por lei.



I - OBJETO

Apoiar os Corpos de Bombeiros do Concelho na obtenção das condições de operacionalidade e capacidade de resposta no desenvolvimento das tarefas definidas pelos seus estatutos e na sua ação perante o Plano de Emergência Municipal.

Dinamizar o funcionamento do Serviço Municipal de Proteção Civil em conjunto com as Associações Humanitárias de Bombeiros do Concelho, nomeadamente com os seus Comandantes, desenvolvendo a sua capacidade de ação perante situações que ocorram no âmbito da Proteção Civil Municipal.

II - DURAÇÃO

O presente Protocolo produz efeitos a partir da data da assinatura e é válido até final do ano civil.

No final de tal prazo, o protocolo deverá ser reavaliado e sujeito a novo cabimento/compromisso e respetiva deliberação camarária.

Nesta medida, de acordo com o nº 1 do art.º 290º-A do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação (D.L. nº 111-B/2017, de 31 de agosto), o contraente público designa como gestor do contrato e/ou protocolo de colaboração o/a colaborador(a) Jorge Gonçalves da Divisão de Obras e Serviços Municipais deste Município, com a função de acompanhar permanentemente a execução do mesmo.

III - OBRIGAÇÕES DO PRIMEIRO OUTORGANTE

1. Em cumprimento da deliberação de Câmara Municipal de 7 de março de 2018, o Município do Sabugal compromete-se apoiar a Associação em



causa transferindo o quantitativo de 122.000,00 Euros (cento e vinte e dois mil Euros) – devidamente compromissado sob o número de compromisso sequencial: 13122, em tranches trimestrais de 30.250,00 Euros, até março, junho, setembro e novembro, mediante informação favorável do Coordenador do Serviço Municipal de Proteção Civil e do Gabinete Florestal.

Neste montante estão incluídos cerca de 30.000,00 Euros, que corresponde a 50% do custo total com a criação da **Equipa de Intervenção Permanente**, protocolada com a Autoridade Nacional de Proteção Civil, Município do Sabugal e Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Sabugal, aprovada em reunião de Câmara de 23/11/2011, de acordo com o determinado pela Portaria n.º 1358/2007, de 15 de outubro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 75/2011, de 15 de fevereiro que regulamenta os procedimentos a adotar na criação, nos corpos de bombeiros detidos por associações humanitárias, de Equipas de Intervenção Permanente (EIP) constituídas ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 247/2007, de 27 de junho.

2. Ao valor mencionado no ponto anterior será acrescido um quantitativo máximo de 1.000,00 €/cada equipa de sapadores florestais, para despesas relacionadas com substituição de material de desgaste das motos roçadoras ou outro equiparado e/ou reparação dos mesmos.

Entende-se como material de desgaste da moto roçadoras, nomeadamente: Cabeça angular de engrenagens, mecanismos e componentes, sistema de lubrificação; utensílios de corte, protetor do utensílio de corte.

O valor que vier a ser apurado deverá ser devidamente comprovado, mediante apresentação de cópia das Faturas com discriminação dos componentes substituídos ou reparados, até ao dia 26 de outubro, viabilizando-se assim a transferência do quantitativo apurado junto com a última tranche, em novembro.



3. Apoiar projetos financiados pelo Portugal 2020, com valores a estipular caso a caso e após solicitação por parte do segundo outorgante.
4. Cedência do miniautocarro da Câmara, até ao limite de 600 Km (ida e volta) e desde que solicitado nos termos do Regulamento de Utilização do Autocarro Municipal. Em resultado do acima descrito, fica a associação isenta do pagamento da taxa de utilização;
5. Tendo por base a deliberação de Câmara de 15 de novembro'17:
 - a. A Câmara Municipal concede ainda autorização na utilização do ginásio e/ou piscinas para atividades de aperfeiçoamento dos elementos da Equipa de Intervenção Permanente (EIP), às terças e quintas-feiras, das 16 às 17 horas;
 - b. Os bombeiros voluntários podem frequentar uma vez por semana as instalações (piscinas e/ou ginásio), nunca ultrapassando o número máximo de 5 elementos em utilização simultânea e com marcação prévia, perante os responsáveis de cada espaço;
 - c. Todos os elementos (EIP e voluntários), devem efetuar registo/inscrição na receção, para fins de controlo e seguro.

IV – OBRIGAÇÕES DO SEGUNDO OUTORGANTE

1. Manter uma equipa de Sapadores Florestais.
2. **Apresentar no final do ano a avaliação dos termos do Protocolo e da mais-valia funcional imprimida pelo mesmo (até 31 de janeiro 2019) e assim que aprovado em Assembleia Geral de sócios a Prestação de Contas alusiva ao ano anterior (2018).**



3. Efetuar de uma forma gratuita e sempre que para tal seja solicitada pelo Município do Sabugal o transporte de água às localidades do Concelho não servidas pelas Águas de Lisboa e Vale do Tejo – Grupo Águas de Portugal, em parceria com a Associação de Bombeiros do Soito, de forma a que os transportes sejam distribuídos equitativamente pelas duas Associações, independentemente das freguesias a que se destinam.
4. Fazer a vigilância da Praia Fluvial do Sabugal de acordo com o que vier a ser publicado em Portaria.

Esse normativo legal irá proceder, para o ano de 2018, à identificação das águas balneares costeiras e de transição e das águas balneares interiores, fixando as respetivas épocas balneares, e à qualificação, como praias de banhos, das praias marítimas e das praias de águas fluviais e lacustres, em território nacional, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 135/2009, de 3 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 113/2012, de 23 de maio, bem como à identificação das praias de uso limitado, nos termos do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 159/2012, de 24 de julho.

5. Proceder à limpeza atempada de linhas de água, caminhos rurais/agrícolas e espaços públicos, sempre que solicitado pela Câmara Municipal do Sabugal, de acordo com a área de intervenção do Corpo de Bombeiros.
6. A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Sabugal fica responsável pela limpeza de espaços públicos da freguesia de Sabugal e zonas limítrofes de acordo com cartografias anexas. Será ainda da responsabilidade da Associação a limpeza da vegetação da metade ocidental dos percursos de BTT de acordo com cartografia anexa e no cumprimento dos normativos legais e especificações técnicas.

SÃO FUNÇÕES DOS COMANDANTES:

7. Elaboração de medidas de segurança para eventos, nomeadamente a segurança em capeias e outros eventos, distribuídos



equitativamente pelas duas , desde que sejam devidamente justificadas e realizadas de acordo com a legislação aplicável em vigor, bem como noutros eventos necessários de iniciativa e/ou com apoio municipal, onde estará presente uma ambulância de socorro com um T.A.S. (Tripulante de Ambulância de Socorro), ou no impedimento da sua presença, um T.A.T. (Tripulante de Ambulância de Transporte), sendo esta substituída imediatamente por outra nas mesmas condições em caso de saída do local por qualquer motivo;

8. Tratar e divulgar toda a informação recebida relativa a ocorrências, centralizando-a no Serviço Municipal de Proteção Civil, em articulação com os agentes de Proteção Civil em funções no concelho do Sabugal;
9. Acompanhar a elaboração e atualizar o plano municipal de emergência, nomeadamente na realização de simulacros para testar o Plano Municipal de Proteção Civil;
10. Elaborar ações prévias de intervenção de âmbito municipal, como proteção a aglomerados, manchas florestais, vias rodoviárias, vias florestais/agrícolas, vias ferroviárias, preparando e propondo a execução de exercícios e simulacros;
11. Realizar estudos técnicos com vista à identificação, análise e consequências dos riscos naturais, tecnológicos e sociais que possam afetar a área do município, promovendo a sua cartografia em permanente atualização com sinalização e manutenção da informação atualizada sobre eventos, acidentes graves e catástrofes ocorridas na área geográfica do município;
12. Em situação de emergência, competirá planejar o apoio logístico a prestar às vítimas, em colaboração com os agentes de proteção civil e funcionários municipais;



13. Verificação e análise das faixas de contenção junto dos aglomerados populacionais, com identificação de proprietários e informação dos mesmos;
14. Limpeza de zonas que se identifiquem como pertinentes para prevenir as questões da segurança, higiene e salubridade publica;
15. Levantamento de situação de alarme a nível social, extrema pobreza ou outras, bem como intervenções de primeira necessidade que se considerem pertinentes;
16. Levantamento e mapeamento de bocas de incêndio, pontos de água perenes e/ou mananciais, referindo ainda condições físicas de acesso aos mesmos;
17. Realizar ações de sensibilização, nomeadamente através das juntas de freguesia, associações, população em geral, para questões de segurança, promovendo ainda ações de suporte básico de vida, evacuação em caso de incêndios, nas escolas, centro de dia, lares e empresas;
18. Inserir o SMPC no Teatro de Operações, nomeadamente na célula de logística e na célula de planeamento, com uma colaboração recíproca na orientação de meios disponíveis;
19. Reparações ligeiras em vias Municipais de carácter imprescindível ao bom desempenho na mitigação de acidente grave ou catástrofe;
20. Realizar reuniões quinzenais com o Serviço Municipal de Proteção Civil, elaborando as respetivas atas no sentido de inserção de novas necessidades e eventuais medidas de melhoria;
21. Coordenar com o Município do Sabugal outras ações que se acharem por convenientes em termos de Proteção Civil, nomeadamente as previstas na



Lei de Bases da Proteção Civil, aprovada pela Lei 27/2006, de 3 de julho, alterada e republicada pela Lei nº 80/2015, de 3 de agosto.

22. Colaboração em outras atividades pontuais, a solicitação do Município, a efetuar através do envio atempado da requisição para a secretaria da Associação, em papel, E-mail ou fax.

V – OUTROS

Outros assuntos não descritos/contemplados no presente Protocolo deverão ser acordados entre ambas as partes.

Sabugal, 12 de março de 2018

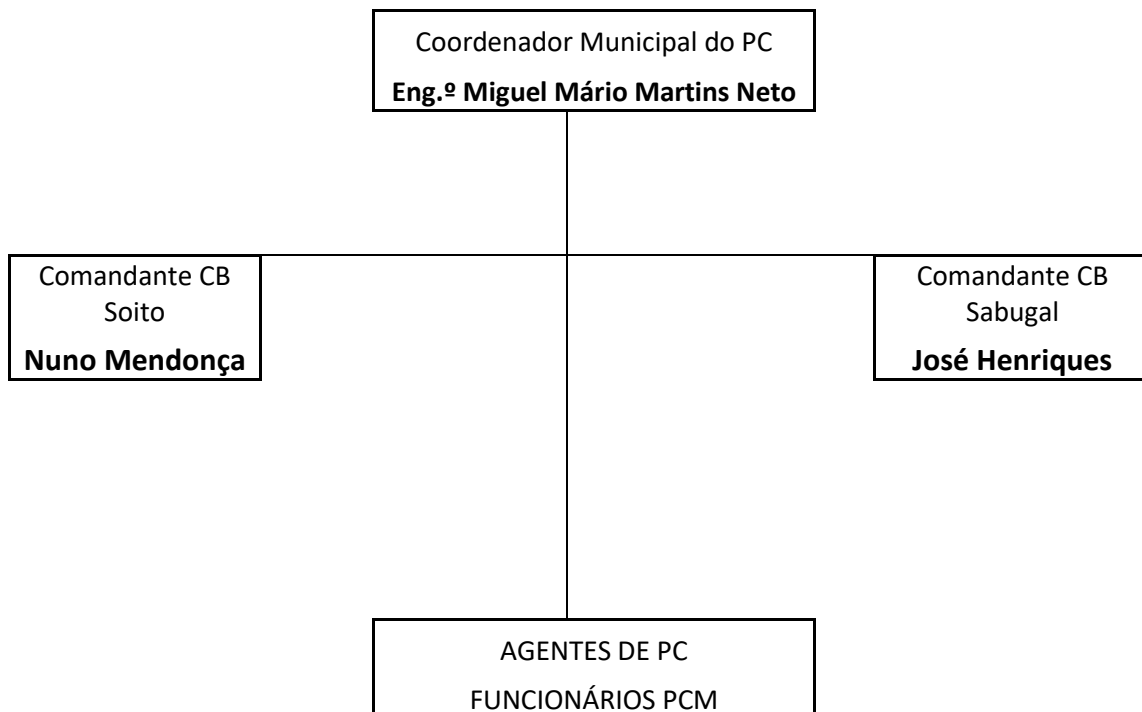
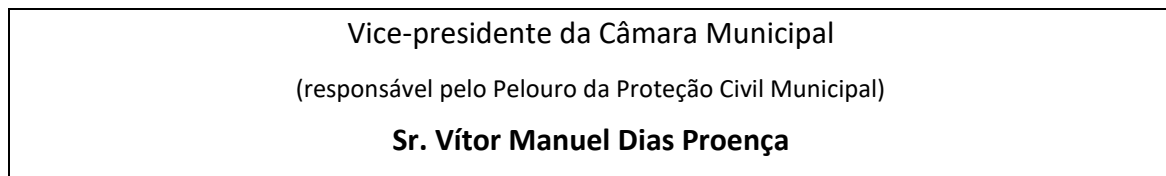
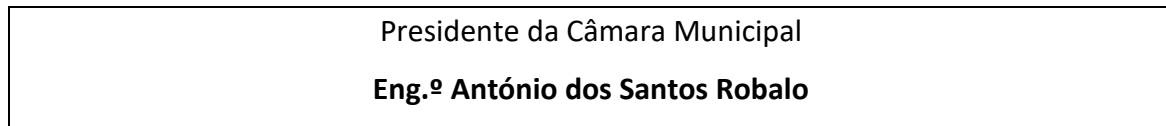
O 1º Outorgante

O 2º Outorgante



ANEXO I

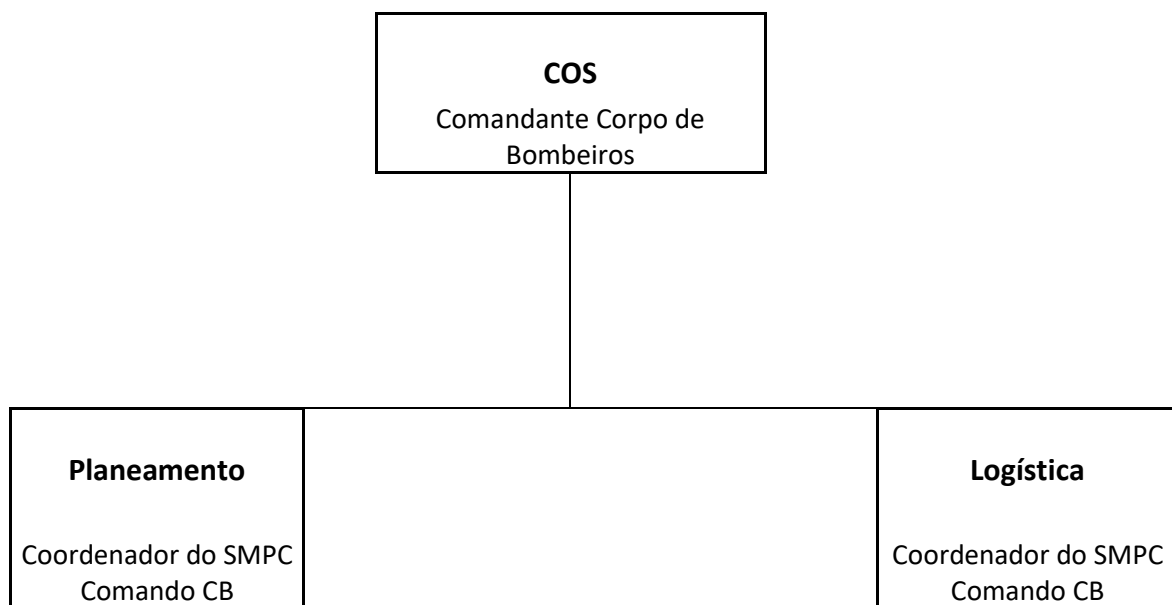
Organograma Funcional (Fora do SIOPS)





ANEXO II

Organograma com implementação do SGO



- . Estará um dos dois Comandantes sempre em permanência no Concelho, comprometendo-se a gozar férias em alternância;
- . O Coordenador quando impossibilitado de se deslocar para o Teatro de Operações informará quem o substitui;
- . O Comandante quando impossibilitado de se deslocar para o Teatro de Operações informará quem o substitui.



ANEXO III

Descrição de ações a desenvolver no âmbito do presente o Protocolo (ao nível da Proteção Civil)

Elaboração de medidas de segurança para eventos, nomeadamente a segurança e prevenção em capeias e outros eventos, desde que sejam devidamente justificadas.
(Prevenção com Ambulâncias nas capeias e encerros) e preparação de caminhos de evacuação.
Coordenação de todas as ocorrências por um Comandante, mostrando a presença técnica e articulação com o S.M.P.C.
Acompanhar a elaboração e atualizar o plano municipal de emergência, nomeadamente na realização de simulacros para testar o Plano Municipal de Proteção Civil.
Realizar estudos técnicos com vista à identificação, análise e consequências dos riscos naturais, tecnológicos e sociais que possam afetar o município, promovendo a sua cartografia e atualização da mesma;
Manter informação atualizada e o seu registo sobre acidentes graves e catástrofes ocorridas no município, articulando-se sempre tal informação entre o S.M.P.C. e os C.B.;
Elaborar ações prévias de intervenção de âmbito municipal, preparar e propor a execução de exercícios e simulacros;
Verificação e análise das faixas de contenção junto dos aglomerados populacionais, articulando com os presidentes de junta e com os respetivos proprietários a forma de resolução.
Limpeza de zonas que se considerem pertinentes para prevenir as questões da segurança, higiene e salubridade pública.



Levantamento de situação de alarme a nível social “extrema pobreza e isolamento” e medidas de primeira intervenção.
Levantamento e mapeamento de bocas de incêndio, pontos de água perenes e mananciais.
Realizar ações de sensibilização, junto das juntas de freguesia e populações, para questões de segurança.
Promover ações de suporte básico de vida, evacuação em caso de incêndios, nas escolas, centros de dia, lares conforme requisição.
Inserir o SMPC no Teatro de Operações, nomeadamente na célula de logística e na célula de planeamento, delineando tal função com o CDOS Guarda.
Reparações ligeiras em vias Municipais ou outras de carácter imprescindível ao bom desempenho na mitigação de acidente grave ou catástrofe, ou após ocorrência do mesmo.
Realizar reuniões quinzenais com o SMPC, elaborando as respetivas atas.
<u>Compensação protocolo:</u>
Sermos conhecedores dos problemas já devidamente localizados durante operações de combate.
Disponibilidade de um dos comandantes a tempo inteiro.



ANEXO IV

Funções do Serviço Municipal de Proteção Civil:

- a). Prevenir os riscos coletivos e a ocorrência de acidente grave ou de catástrofe deles resultante;
- b). Atenuar os riscos coletivos e limitar os seus efeitos no caso das ocorrências descritas na alínea anterior;
- c). Socorrer e assistir as pessoas e outros seres vivos em perigo, proteger bens e valores culturais, patrimoniais, ambientais e de interesse público;
- d). Apoiar a reposição da normalidade da vida das pessoas em áreas afetadas por acidente grave ou catástrofe.

A atividade de proteção civil exerce-se nos seguintes domínios:

- a). Levantamento, previsão, avaliação e prevenção dos riscos coletivos;
- b). Análise permanente das vulnerabilidades perante situações de risco;
- c). Informação e formação das populações, visando a sua sensibilização em matéria de autoproteção e de colaboração com as autoridades e agentes de proteção civil;
- d). Planeamento de soluções de emergência, visando a busca, o salvamento, a prestação de socorro e de assistência, bem como a evacuação, alojamento e abastecimento das populações;
- e). Inventariação dos recursos e meios disponíveis e dos mais facilmente mobilizáveis, ao nível local, regional e nacional;
- f). Estudo e divulgação de formas adequadas de proteção dos edifícios em geral, de monumentos e de outros bens culturais e patrimoniais, de infraestruturas, do património arquivístico, de instalações de serviços essenciais, bem como do ambiente e dos recursos naturais;
- g). Previsão e planeamento de ações atinentes à eventualidade de isolamento de áreas afetadas por riscos.